

Patrimônio declarado por Regina Maura cai 99% entre 2024 e 2026

DE R\$ 5,2 MI PARA R\$ 28,4 MIL

Regina Maura tem redução de 99,46% no capital declarado no espaço de 2 anos

O capital declarado pela vice-prefeita de São Caetano, Regina Maura Zetone (PSD), candidata a deputada federal, caiu 99,46% em dois anos. Em 2024, ela informou ao Tribunal Superior Eleitoral ter R\$ 5,241 milhões. Agora, são R\$ 28.427,52. Regina redistribuiu cotas de empresa familiar da qual era sócia e tornou-se usufrutuária de alguns bens. **Política 4**

Patrimônio declarado por Regina Maura cai 99% entre 2024 e 2026

Vice de São Caetano, que vai concorrer a deputada federal, informou ao TSE bens que somam R\$ 28.427,52; há dois anos totalizavam R\$ 5.241.530

ANGELICA RICHTER
angelicarichter@dgabc.com.br

A vice-prefeita de São Caetano, Regina Maura Zetone (PSD), candidata a deputada federal nas eleições de 2026, declarou à Justiça Eleitoral patrimônio 99,46% menor do que o informado dois anos atrás, quando compôs chapa com o prefeito Tite Campanella (Republicanos).

Segundo levantamento realizado pelo **Diário** a partir das declarações de bens apresentadas ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o patrimônio informado por Regina Maura passou de R\$ 5.241.530,95, em 2024, para R\$ 28.427,52, este ano. A diferença é de R\$ 5.213.103,43. A redução no intervalo de apenas dois anos envolve bens e recursos de maior valor entre os itens declarados anteriormente.

Na declaração apresentada em 2024, Regina Maura havia informado, entre outros bens, um apartamento avaliado em quase R\$ 1,5 milhão, além de mais de R\$ 2,7 milhões em créditos a receber. Também



REGINA MAURA. Não declarou este ano itens de maior valor

constavam valores mantidos em contas bancárias, aplicações financeiras e dinheiro em espécie.

Na declaração vinculada à candidatura a deputada federal este ano, os bens e valores de maior expressão informados em 2024 não aparecem entre os ativos declarados. Em contrapartida, Regina Maura figura agora como usufrutuária de um apartamento localizado na Riviera de São Lourenço, em Bertioga (SP), e

em outros dois imóveis.

Outro item declarado é a participação na Naymar Holding Patrimonial Ltda., empresa da qual Regina Maura era sócia ao lado de outros familiares. Constituída em novembro de 2025, a holding recebeu, na abertura, capital social de R\$ 5.607.000, divididos em cotas de R\$ 1, mesmo valor que se soma aos demais bens declarados no total de R\$ 28.427,52. De acordo com o registro empresarial, a

companhia tem como objeto social a compra, venda, locação e administração de imóveis próprios.

Consulta à Jucesp (Junta Comercial do Estado de São Paulo) mostra que, no fim de março deste ano, período que coincide com as primeiras notícias sobre a possibilidade de Regina Maura disputar uma vaga na Câmara dos Deputados, houve redistribuição do capital social da Naymar. Documento obtido pela reportagem mostra que Regina Maura passou de sócia para usufrutuária vitalícia de alguns bens.

Os documentos públicos consultados não apresentam, por si só, informações que permitam identificar o destino dos bens e valores que deixaram de constar na declaração deste ano. A ausência desses dados, portanto, não permite concluir se houve venda, doação, quitação de dívidas, transferência de patrimônio ou outra operação.

Regina Maura é aliada histórica do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), que comandou o Paço de São Caetano por quatro mandatos. Nos últimos meses, a pesadista protagonizou episódio de desgaste público com o prefeito Tite Campanella. Em maio, a vice apresentou notícia-crime ao TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo) acusando o chefe do Executivo de violência política de gênero, alegando ter sido afastada de decisões estratégicas da gestão da cidade.

Já em junho, colocou em risco o mandato ao viajar para o exterior sem autorização da Câmara. Procurada, Regina Maura não retornou à reportagem.

Pejotização de bens é legal, diz advogado tributarista

O advogado tributarista Rubens Kindlmann afirmou ao **Diário** que a abertura de empresas como a Naymar Holding Patrimonial Ltda., da qual a vice-prefeita de São Caetano, Regina Maura Zetone (PSD), era sócia e passou a usufrutuária, é uma movimentação societária que tem sido feita com bastante frequência, seja por questões de proteção, tributação e, eventualmente, para evitar exposição.

O advogado afirmou que ultimamente muitas pessoas

têm recorrido à pejotização do patrimônio, processo em que bens da pessoa física são integrados em uma empresa e, com isso, deixam de constar como ativos diretos do indivíduo para passar a pertencer à pessoa jurídica.

“Qual é a perspectiva disso? Proteção do ponto de vista da redução da carga tributária e do planejamento sucessório. Agora, você tem a holding do bem e a do mal. A do bem é aquela usada justamente para uma sucessão

mais tranquila, para especificar como os herdeiros vão lidar com esse patrimônio após a morte. Outra coisa é usar a holding para tentar se esconder de credores, do Estado e de outras figuras”, disse.

Rubens Kindlmann afirmou ainda que a movimentação é totalmente legal e que a redução do patrimônio declarado não significa necessariamente perda de bens.

“Se eu pego meu patrimônio e o transformo em uma holding, coloco meus filhos nela,

são da sociedade e permanecem como usufrutuários das cotas, vou receber, por exemplo, aluguéis, mas, formalmente, não terei patrimônio em meu nome. Então, se amanhã for executado e tiver de pagar uma dívida, não terei bens. Pode ser uma ferramenta de proteção patrimonial, de redução de carga tributária, mas, eventualmente, também pode ser utilizada para tentar esconder ou ocultar patrimônio. Tudo depende do motivo e do que se faz com isso”, destacou. **AR**

Patrimônio declarado por Regina Maura cai 99% entre 2024 e 2026

Vice de São Caetano, que vai concorrer a deputada federal, informou ao TSE bens que somam R\$ 28.427; há dois anos totalizavam R\$ 5.241.530

ANGELICA RICHTER
angelicarichter@dgabc.com.br

A vice-prefeita de São Caetano, Regina Maura Zetone (PSD), candidata a deputada federal nas eleições de 2026, declarou à Justiça Eleitoral patrimônio 99,46% menor do que o informado dois anos atrás, quando compôs chapa com o prefeito Tite Campanella (Republicanos).

Segundo levantamento realizado pelo *Diário* a partir das declarações de bens apresentadas ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o patrimônio informado por Regina Maura passou de R\$ 5.241.530,95, em 2024, para R\$ 28.427,52, este ano. A diferença é de R\$ 5.213.103,43. A redução no intervalo de apenas dois anos envolve bens e recursos de maior valor entre os itens declarados anteriormente.

Na declaração apresentada em 2024, Regina Maura havia informado, entre outros bens, um apartamento avaliado em quase R\$ 1,5 milhão, além de mais de R\$ 2,7 milhões em créditos a receber. Também



REGINA MAURA. Não declarou este ano itens de maior valor

constavam valores mantidos em contas bancárias, aplicações financeiras e dinheiro em espécie.

Na declaração vinculada à candidatura a deputada federal este ano, os bens e valores de maior expressão informados em 2024 não aparecem entre os ativos declarados. Em contrapartida, Regina Maura figura agora como usufrutuária de um apartamento localizado na Riviera de São Lourenço, em Bertioga (SP), e

em outros dois imóveis.

Outro item declarado é a participação na Naymar Holding Patrimonial Ltda., empresa da qual Regina Maura era sócia ao lado de outros familiares. Constituída em novembro de 2025, a holding recebeu, na abertura, capital social de R\$ 5.607.000, divididos em cotas de R\$ 1, mesmo valor que se soma aos demais bens declarados no total de R\$ 28.427,52. De acordo com o registro empresarial, a

companhia tem como objeto social a compra, venda, locação e administração de imóveis próprios.

Consulta à Juceesp (Junta Comercial do Estado de São Paulo) mostra que, no fim de março deste ano, período que coincide com as primeiras notícias sobre a possibilidade de Regina Maura disputar uma vaga na Câmara dos Federal, houve redistribuição do capital social da Naymar. Documento obtido pela reportagem mostra que Regina Maura passou de sócia para usufrutuária vitalícia de alguns bens.

Os documentos públicos consultados não apresentam, por si só, informações que permitam identificar o destino dos bens e valores que deixaram de constar na declaração deste ano. A ausência desses dados, portanto, não permite concluir se houve venda, doação, quitação de dívidas, transferência de patrimônio ou outra operação.

Regina Maura é aliada histórica do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), que comandou o Paço de São Caetano por quatro mandatos. Nos últimos meses, a pedesista protagonizou episódio de desgaste público com o prefeito Tite Campanella. Em maio, a vice apresentou notícia-crime ao TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo) acusando o chefe do Executivo de violência política de gênero, alegando ter sido afastada de decisões estratégicas da gestão da cidade.

Já em junho, colocou em risco o mandato ao viajar para o exterior sem autorização da Câmara. Procurada, Regina Maura não retornou à reportagem.

Pejotização de bens é legal, diz advogado tributarista

O advogado tributarista Rubens Kindlmann afirmou ao *Diário* que a abertura de empresas como a Naymar Holding Patrimonial Ltda., da qual a vice-prefeita de São Caetano, Regina Maura Zetone (PSD), era sócia e passou a usufrutuária, é uma movimentação societária que tem sido feita com bastante frequência, seja por questões de proteção, tributação e, eventualmente, para evitar exposição.

O advogado afirmou que ultimamente muitas pessoas

têm recorrido à pejotização do patrimônio, processo em que bens da pessoa física são integralizados em uma empresa e, com isso, deixam de constar como ativos diretos do indivíduo para passar a pertencer à pessoa jurídica.

"Qual é a perspectiva disso? Proteção do ponto de vista da redução da carga tributária e do planejamento sucessório. Agora, você tem a holding do bem e a do mal. A do bem é aquela usada justamente para uma sucessão

mais tranquila, para especificar como os herdeiros vão lidar com esse patrimônio após a morte. Outra coisa é usar a holding para tentar se esconder de credores, do Estado e de outras figuras", disse.

Rubens Kindlmann afirmou ainda que a movimentação é totalmente legal e que a redução do patrimônio declarado não significa necessariamente perda de bens.

"Se eu pego meu patrimônio e o transformo em uma holding, coloco meus filhos nela,

saio da sociedade e permaneço como usufrutuário das cotas, vou receber, por exemplo, aluguéis, mas, formalmente, não terei patrimônio em meu nome. Então, se amanhã for executado e tiver de pagar uma dívida, não terei bens. Pode ser uma ferramenta de proteção patrimonial, de redução de carga tributária, mas, eventualmente, também pode ser utilizada para tentar esconder ou ocultar patrimônio. Tudo depende do motivo e do que se faz com isso", destacou. **AR**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional **Página:** Capa + página 4